

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CRISTIANE REGINA MAY

**ANÁLISE DAS DIVULGAÇÕES DO ICPC 01 NAS CONCESSÕES DE  
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

FLORIANÓPOLIS

2012

**CRISTIANE REGINA MAY**

**ANÁLISE DAS DIVULGAÇÕES DO ICPC 01 NAS CONCESSÕES DE  
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao  
Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal  
de Santa Catarina como requisito para obtenção do  
título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. José Alonso Borba, Dr.

**FLORIANÓPOLIS**

2012

CRISTIANE REGINA MAY

**ANÁLISE DAS DIVULGAÇÕES DO ICPC 01 NAS CONCESSÕES DE  
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2012.

---

**Professor Roque Brinckmann, Dr.**

Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

---

**Professor José Alonso Borba, Dr.**

Orientador

---

**André Carlos de Souza**

Co-orientador

---

**Prof. Ernesto Fernando**

## **AGRADECIMENTOS**

Obrigada a Deus que cuida de mim o tempo todo e me dá força para fazer o que precisa ser feito.

Obrigada ao Arthur que me dá tudo sem pedir nada.

Obrigada a Camila e Giselle que fizeram a universidade um lugar mais feliz.

Obrigada ao professor Alonso, que confiou em mim neste trabalho e ao André pela paciência e dedicação.

## RESUMO

MAY, Cristiane Regina. **Análise das divulgações do ICPC 01 nas concessões de transmissão de energia elétrica**. 57f. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Com a emissão do ICPC 01 pelo CPC em 2009 as empresas começaram a ser obrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2010, a divulgar uma série de informações sobre seus contratos de concessão. Dessa forma o objetivo principal do estudo foi verificar se as empresas selecionadas estavam divulgando as informações sobre seus contratos de concessão de acordo com o solicitado pelo ICPC 01. Para tal foram selecionadas empresas por meio do site da Bovespa que tinham como atividade principal, exclusivamente, transmissão de energia elétrica, são elas: Afluente T, Cachoeira, CTEEP e Taesa. Foram analisadas as Notas Explicativas e Formulários de Referência das empresas dos anos de 2009, 2010 e 2011. Com a realização da pesquisa foi possível observar que as empresas da população não estão divulgando todos os itens solicitados pelo ICPC 01. As empresas pesquisadas estão com diferentes níveis de evidenciação e podemos destacar a CTEEP e a Taesa como companhias que estão com maior nível de divulgação de seus contratos. As empresas Afluente T e Cachoeira demonstraram deficiência na divulgação de seus contratos além da falta de evolução entre os anos. Por fim verificamos que as empresas analisadas precisam melhorar e aumentar as informações divulgadas de seus contratos de concessão com o objetivo de se adequar ao nível de evidenciação exigido pelo ICPC 01.

Palavras Chaves: ICPC 01, Concessão, Transmissão de Energia Elétrica, Evidenciação

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Histórico do Setor Elétrico Brasileiro .....	20
Figura 2 - Classificação dos Contratos de Concessão conforme ICPC 01 .....	25

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estudos Similares .....	30
Quadro 2 – Atividade Principal das Empresas .....	34
Quadro 3 – Empresas Seleccionadas .....	34
Quadro 4 – Informações sobre as Empresas Seleccionadas .....	36
Quadro 5 – Lista de Verificação do ICPC 01 .....	38
Quadro 6 – Comparação do Porte das Empresas .....	40
Quadro 7 – Descrição dos Contratos de Concessão .....	42
Quadro 8 – Termos Significativos dos Contratos de Concessão .....	42
Quadro 9 – Obrigação de Adquirir ou Construir a Infraestrutura da Concessão .....	43
Quadro 10 – Modelo que Contrato de Concessão foi Classificado .....	47
Quadro 11 – Informações sobre Receita de Construção .....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACL – Ambiente de Contratação Livre

ACR – Ambiente de Contratação Regulada

AFLUENTE T – Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

Artesp – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo

BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento

CACHOEIRA – Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CNAEE – Conselho Nacional das Águas e Energia Elétrica

CODIM – Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado

CPC – Comitê de Pronunciamento Contábil

CTEEP – Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A.

CVM – Comissão de Valores Imobiliários

ENANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FR – Formulário de Referência

IAN – Informações Anuais

*IASB – International Accounting Standards Board*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICPC – Interpretação do Comitê de Pronunciamento Contábil

ICVM – Instrução da Comissão de Valores Imobiliários



*IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee*

*IFRS – International Financial Reporting Standards*

IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado

IPCA – Índice de Preços ao Consumidos Amplo

LT – Linha de transmissão

MAE – Mercado Atacadista de Energia Elétrica

MB – Balcão Organizado

MME – Ministério de Minas e Energia

N1 – Nível 1 de Governança Corporativa

N2 – Nível 2 de Governança Corporativa

NE – Nota Explicativa

OCPC – Orientação do Comitê de Pronunciamento Contábil

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

PND – Plano Nacional de Desestatização

RAP – Receita Anual Permitida

SE – Subestação

SIC – Interpretations Committee Standards

SIN – Sistema Interligado Nacional

TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1	TEMA E PROBLEMA .....	12
1.2	OBJETIVOS.....	13
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo Geral .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos Específicos.....</b>	<b>13</b>
1.3	JUSTIFICATIVA.....	13
1.4	DELIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	14
1.5	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA.....	15
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
2.1	SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA .....	16
2.2	CONCESSÕES .....	19
2.3	NORMAS INTERNACIONAIS .....	22
<b>2.3.1</b>	<b>Interpretação Técnica ICPC 01 e ICPC 17.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Orientação OCPC 05 - Contratos De Concessões .....</b>	<b>27</b>
2.4	PESQUISAS ANTERIORES.....	29
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>33</b>
3.1	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	33
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	33
<b>3.2.1</b>	<b>Empresas Selecionadas .....</b>	<b>35</b>
3.3	PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS .....	36
<b>4</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>39</b>
4.1	DESCRIÇÃO DO ACORDO CONTRATUAL .....	40
4.2	TERMOS SIGNIFICATIVOS DO CONTRATO .....	42
4.3	NATUREZA E EXTENSÃO DE UTILIZAÇÃO DOS ATIVOS PÚBLICOS DE INFRAESTRUTURA.....	43
<b>4.3.1</b>	<b>Direitos de uso de ativos especificados .....</b>	<b>43</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Obrigação de prestar serviços ou direitos de receber serviços .....</b>	<b>43</b>
<b>4.3.3</b>	<b>Obrigações para adquirir ou construir itens da infraestrutura da concessão.....</b>	<b>43</b>

<b>4.3.4</b>	<b>Obrigação de Entregar ou Direito de Receber Ativos Especificados no Final do Prazo da Concessão .....</b>	<b>44</b>
<b>4.3.5</b>	<b>Opção de Renovação ou Rescisão .....</b>	<b>44</b>
<b>4.3.6</b>	<b>Outros Direitos e Obrigações .....</b>	<b>46</b>
<b>4.4</b>	<b>MUDANÇAS NO CONTRATO OCORRIDAS DURANTE O PERÍODO .....</b>	<b>46</b>
<b>4.5</b>	<b>COMO O CONTRATO DE CONCESSÃO FOI CLASSIFICADO .....</b>	<b>47</b>
<b>4.6</b>	<b>TOTAL DA RECEITA E LUCROS OU PREJUÍZOS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>4.7</b>	<b>EVOLUÇÃO DAS DIVULGAÇÕES .....</b>	<b>49</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O setor de energia elétrica vem ganhando cada vez mais importância no Brasil graças a ações do governo que visam o aumento da infraestrutura do país através de planos de crescimento e financiamentos. Um das formas previstas para a construção e manutenção desses bens são as concessões de prestação de serviços públicos para empresas públicas e privadas através de licitação.

Conforme art. 2º da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, concessão de serviço público é definido como: “a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado” (BRASIL, 1995).

Os contratos de concessão são uma parceria entre o Poder Concedente, que é representado pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e a Concessionária, empresa interessada em ter o direito de prestar um serviço público recebendo uma remuneração em contrapartida. A contabilização desses contratos, para sociedades por ações, abertas e fechadas e empresas de grande porte, deve obedecer a normas específicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Europa no Século XIX deu origem à concessão da forma que conhecemos hoje. Outorgavam-se concessões a agentes privados para obras e serviços que necessitavam de um alto investimento econômico e conhecimento técnico específico (GARCIA HERNÁNDEZ, 2010).

De acordo com Meduar (1995) a concessão, na forma de negócio jurídico, ligada a ideia de outorga do soberano, era apenas uma prerrogativa e podia ser entendida, tanto na prestação do serviço quanto na execução de obras, como uma designação para um cargo político.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA

Devido à necessidade de convergência internacional das normas contábeis, com o objetivo de reduzir custos de elaboração de relatórios contábeis, diminuição de riscos e maior grau de comparabilidade, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC emitiu em 2008 a Interpretação Técnica ICPC 01, que tem correlação com a Norma Internacional IFRIC 12, que trata dos princípios gerais sobre o reconhecimento e mensuração das obrigações e respectivos direitos dos contratos de concessão (ICPC 01, 2009). No período de 2008 a 2012 já foram aprovados 43 Pronunciamentos Contábeis, 17 Interpretações técnicas e 05 Orientações técnicas.

A Interpretação técnica ICPC 01 estabelece princípios de reconhecimento e mensuração dos Contratos de Concessão, a Interpretação técnica ICPC 17 trata da Evidenciação dos Contratos de Concessão e a Orientação técnica OCPC 05 esclarece dúvidas quanto a adoção do ICPC 01 (CPC, 2012).

A partir da segunda metade do século XX o tema *disclosure* (evidenciação) ganhou espaço no âmbito da ciência contábil já que muitos usuários da contabilidade começaram a exigir das empresas uma evidenciação das informações diferentes das tradicionais (OLIVEIRA; GOMES; COSTA, 2004). O *disclosure* facilita a análise da situação econômica, financeira da empresa pelos seus acionistas, credores e fornecedores. Nos pronunciamentos e interpretações o CPC também trata do tipo de informação e determina as divulgações adequadas nas notas explicativas para os Contratos de Concessão.

Segundo Dantas, Zendersky e Niyama (2004), dado o objetivo maior da contabilidade, deve ser dispensada uma atenção especial a forma de evidenciação ou *disclosure*. As demonstrações contábeis, para serem úteis, devem conter informações adequadas para a correta interpretação da situação econômico-financeira da entidade.

Considerando a importância da transparência nas empresas e a adequação das mesmas com as normas internacionais levantou-se a seguinte pergunta de pesquisa: As empresas transmissoras do setor de Energia Elétrica estão evidenciando seus contratos de concessão de transmissão de forma compatível com a Interpretação técnica ICPC 01?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Verificar se os contratos de concessão de transmissão das empresas do setor de Energia Elétrica estão sendo evidenciados pelas empresas de acordo com o ICPC 01.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral foram criados objetivos específicos para auxiliar na pesquisa, são esses:

- ✓ Identificar a evolução da divulgação durante os anos 2009, 2010 e 2011 tanto nas notas explicativas quanto no formulário de referência de cada empresa;
- ✓ Evidenciar quais informações foram divulgadas nas Notas Explicativas e Formulários de Referências sobre os contratos de concessões de transmissão das empresas do setor de Energia Elétrica;
- ✓ Identificar se as informações divulgadas sobre os contratos de concessões pelas empresas estão de acordo com o solicitado pelo ICPC 01;
- ✓ Comparar entre as empresas o grau de divulgação dos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo respeita as condições básicas definidas por Castro (1977) que são originalidade, importância e viabilidade. Além disso, a pesquisa contribuiu para o avanço do conhecimento social e econômico. A escolha do tema teve influência pessoal da autora que trabalha em uma empresa de transmissão de energia elétrica.

Quanto a originalidade, este estudo trata exclusivamente da evidenciação das concessões de transmissão de energia elétrica das empresas que tem como principal atividade apenas a transmissão de energia trazendo assim um resultado mais claro por ter como foco o ICPC 01. As outras pesquisas são mais amplas utilizando de vários setores e a evidenciação de várias interpretações e/ou orientações ao mesmo tempo.

Conforme pesquisa realizada em 2008 pela PricewaterhouseCoopers com cerca de 220 executivos das Américas, da Europa e da Ásia concluiu que um dos pontos de maior insatisfação é a falta de transparência e de governança das empresas, de acordo com a pesquisa a divulgação de informações é considerada não satisfatória em algumas áreas (MUTO; MAMBRINI; LOUREIRO, 2008).

Cada vez mais os acionistas, credores e investidores exigem a transparência das informações sobre a empresa. Com a convergência para as normas internacionais ficou ainda mais em evidência que as empresas precisam divulgar corretamente e integralmente seus ativos e passivos de forma que demonstre fielmente a realidade da empresa. Como o estudo se trata de uma pesquisa para analisar se as empresas estão realmente divulgando o que é solicitado no ICPC 01 percebe-se a importância do tema.

Sobre a viabilidade o trabalho preenche os requisitos de tempo, bibliografia e coleta de dados. O tempo foi suficiente para alcançar os objetivos propostos, os artigos encontrados junto com leis e normativos foram suficientes para o embasamento teórico e a coleta de dados ocorreu no sítio da BM&FBovespa onde as empresas são obrigadas a publicar suas demonstrações trimestralmente, o que garante o acesso a informação.

#### 1.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Para a pesquisa foram utilizadas apenas empresas do setor de energia elétrica listadas na Bovespa onde a única atividade fosse de transmissão, serão analisadas as concessões de transmissão de energia elétrica. O espaço temporal analisado foi dos últimos 3 (três) anos: 2009, 2010 e 2011, tanto para as notas explicativas quanto para os formulários de referência.

Os dados utilizados para pesquisa são de natureza secundária, por isso dependem da qualidade da informação prestadas pelas empresas nas suas demonstrações.

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Para melhor entendimento o trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da introdução, onde busca abordar (i) contextualização do tema de pesquisa e definição do problema; (ii) objetivo geral; (iii) objetivos específicos; (iv) justificativa do trabalho; (v) delimitação da pesquisa.

No segundo capítulo trata do referencial teórico onde busca apresentar (i) panorama geral do assunto; (ii) principais conceitos; (iii) análise dos estudos similares.

Já no terceiro capítulo é apresentada a metodologia da pesquisa que aborda (i) enquadramento metodológico; (ii) procedimento para coleta e análise dos dados.

O quarto capítulo trata dos resultados obtidos com a pesquisa e o quinto capítulo da o fechamento do trabalho com as considerações finais.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

No Brasil, ao final do século XIX, a economia do país apoiava-se na exportação de bens primários. A expansão da cafeicultura paulista, já formada nos moldes capitalistas, foi o principal estímulo à produção e consequentemente para a industrialização. Esse processo impulsionou o crescimento das cidades que necessitavam de infraestrutura urbana e expansão do setor de construção civil, assim começou o investimento no setor de energia elétrica (Centro da Memória da Eletricidade, 2006).

No final da década de 1930, a eletricidade e todos os seus benefícios marcavam de tal modo a vida da sociedade brasileira que muitos de seus aspectos mais relevantes: como a fixação de preços, as condições de outorga das concessões destes serviços públicos e o controle do lucro das empresas passaram a ser objeto de constantes debates na imprensa (LORENZO, 1997).

O Código das Águas, promulgado em 1934, foi o primeiro passo para a regulamentação do setor de energia, onde os recursos híbridos do país são incorporados ao patrimônio da União. Foi definido também o regime de concessões para a utilização dos recursos hidrelétricos, onde a função de poder concedente ficaria para a União (ÁLVARES, 1954, p.235).

A nova regulamentação determinou que o critério utilizado para fixação da tarifa fosse na forma do “serviço pelo custo” onde a empresa seria remunerada pelo seu investimento e custo de manutenção. Outro critério importante foi o do art. 195 do código que estabelece que as “autorizações ou concessões seriam conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil” (BRASIL, 1934). Esses foram os pontos de maior resistência das principais empresas do setor na época.

Já em 1939 foi criado o Conselho Nacional das Águas e Energia Elétrica (CNAEE) como órgão de consulta, orientação e controle. O CNAEE era responsável por problemas de suprimento, regulamentação do setor, revisão de tarifas e revisão dos contratos e das concessões existentes antes do Código das Águas (CORREA, 2005).

Nesta época de transição que o país criou as condições institucionais e os instrumentos financeiros para dar suporte a expansão do setor, uma dessas criações foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 que tinha como foco as áreas de energia e transporte. Em 1960 foi criado o Ministério de Minas e Energia (MME) para planejar e coordenar o setor de energia e em 1962 constituiu-se a Eletrobras vinculada ao MME para desempenhar o papel de holding de várias concessionárias.

A partir de 1980 o setor começou a perder a eficiência. Existia a possibilidade de falta de energia, o governo não tinha mais condições de investir no setor, as empresas estatais estavam endividadas e a inadimplências intrassetoriais piorava o quadro. Como solução foi criado em 1992 o Plano Nacional de Desestatização (PND) onde o objetivo era privatizar as empresas estatais. Como condição prévia do novo modelo foi separar as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia afim de desverticalizar a cadeia produtiva (GOMES, 2002).

O setor sofreu fortes alterações com a aprovação da Lei de Concessão dos Serviços Públicos, nº 8.987 e a Lei nº 9.074 que regulamentava o mercado de energia, ambas aprovadas em 1995. Entre as principais mudanças estão a necessidade de licitação dos novos empreendimentos de geração, surgimento dos produtores independentes, e a liberdade dos grandes consumidores escolherem seus fornecedores de energia (BRASIL, 1995).

Logo após as mudanças no setor é criada a Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 1996 para regulamentar e fiscalizar o setor de energia elétrica conforme lei nº 9.427:

Art. 1º É instituída a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado.

Art. 2º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

Em 1998 é criado o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), responsável por administrar as negociações comerciais de energia elétrica. No mesmo ano foi criado o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Em 2001 o país enfrentou uma crise no fornecimento de energia elétrica onde como consequência levou ao racionamento de energia por vários meses nas regiões sudeste, centro oeste, nordeste e norte do Brasil. Neste período foram levantadas várias propostas para correção do sistema e uma das mais enfatizadas foi a proibição de compra de energia elétrica do livre comércio pelas distribuidoras, tendo assim, que adquirir mediante leilões.

Nos anos de 2003 e 2004 o país passou por uma nova reforma no setor elétrico que visou assegurar o abastecimento de energia elétrica, incentivando empresas públicas e privadas para construções e manutenção da capacidade de geração e tarifas justas. É então promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, nº 10.874, em março de 2004 e implantada pelo decreto nº 5.163 em julho de 2004. As principais mudanças introduzidas por essa lei são:

- ✓ Criação de dois ambientes para comercialização de energia:
  - ACR (Ambiente de Contratação Regulada), ambiente para o mercado regulador, para as concessionárias e permissionárias de distribuição que são os consumidores cativos.
  - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambiente destinado aos consumidores livres e agentes comercializadores, onde as negociações são realizadas com maior dinamicidade e maior grau de competição entre os agentes.
- ✓ Restrição dos negócios das distribuidoras de forma que se foquem na atividade de distribuição promovendo eficiência e eficácia dos seus serviços;
- ✓ As empresas de distribuição precisam adquirir, obrigatoriamente, energia suficiente para satisfazer 100% da sua demanda;
- ✓ Obrigatoriedade de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras por meio de leilões promovidos pela ANEEL, eliminando a auto contratação (*self-dealing*) afim de garantir a compra de energia pelo menor preço disponível no mercado;
- ✓ Respeito aos contratos firmados anteriormente à vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Mercado do Setor Elétrico também excluiu a Eletrobras e suas controladas do Programa Nacional de Desestatização. Outro ponto é que todos os agentes compradores devem contratar a totalidade da sua demanda de energia elétrica e os agentes vendedores devem apresentar correspondente lastro físico da energia que pretendam comercializar através de contratos.

A figura nº 1 demonstra a evolução do setor de energia elétrica no Brasil:

Figura 1 – Histórico do Setor Elétrico Brasileiro



Dessa forma podemos observar que o setor de energia elétrica do Brasil está em constante mudança e aprimoramento em busca de um serviço de qualidade, aumento de oferta e preço justo a fim de acompanhar o crescimento do país.

## 2.2 CONCESSÕES

O serviço de concessão começou a ser tratado na Constituição Federal de 1988 onde encarrega o Poder Público a prestação de serviço público, direta ou por meio de concessão ou permissão onde deve regulamentar e fiscalizar o serviço conforme art. 175:

**Art. 175** - Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

**Parágrafo único** - A lei disporá sobre:

**I** - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

**II** - os direitos dos usuários;

**III** - política tarifária;

#### IV - a obrigação de manter serviço adequado.

O regime de concessão e permissão de serviço público é então regularizado pelas Leis nº 8.987 e nº 9.074 ambas de 1995. Na lei a concessão é definida como uma delegação de prestação, por meio do poder concedente, através de licitação, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que possua capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Já a permissão de serviço público é definida pela Lei nº 8.987 como uma “delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviço público, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco”.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras disposições, as condições para a prestação do serviço, os direitos e obrigações dos usuários, a política tarifária, os critérios da licitação, as cláusulas essenciais do contrato de concessão, os encargos do Poder Concedente, os encargos das Concessionárias, da intervenção da concessão, da extinção da concessão, e por fim as disposições das permissões. Segue os principais pontos da Lei de Concessão em forma resumida:

- ✓ Serviço Adequado – Satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.
- ✓ Servidões – Utilização de bens públicos ou pedido de desapropriação dos bens privados necessários para a prestação dos serviços. Fica a responsabilidade pelas indenizações cabíveis a concessionária.
- ✓ Responsabilidade Objetiva – todos os danos que sejam resultantes da prestação de seus serviços, independentemente de culpa, são de responsabilidade da concessionária.
- ✓ Mudanças no Controle Societário – O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança direta ou indireta no controle societário da concessionária.
- ✓ Intervenção do Poder Concedente - O Poder Concedente poderá intervir na concessão, por meio de um decreto presidencial, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, caso a concessionária falhe com suas obrigações.

- ✓ Extinção da Concessão – A extinção do Contrato de Concessão poderá ser antecipada por meio de encampação e/ou caducidade. Encampação é a rescisão da concessão por razões relativas ao interesse público, que deverão ser expressamente declaradas por lei autorizadora específica.
- ✓ Vencimento – Quando do vencimento do prazo de concessão, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica serão revertidos ao Governo Federal. Após o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados.
- ✓ Penalidades – A regulamentação da ANEEL rege a imposição de sanções aos participantes do setor elétrico e classifica as pertinentes penalidades com base na natureza e gravidade da violação (inclusive advertências, multas e caducidade).

No setor de energia elétrica as concessões são formalizadas através de contratos de concessão entre o Poder Concedente, representado pela ANEEL, e as concessionárias. O prazo dos contratos é definido conforme § 3º do art. 4º da Lei nº 8.987:

§ 3º As concessões de transmissão e de distribuição de energia elétrica, contratadas a partir desta Lei, terão o prazo necessário à amortização dos investimentos, limitado a trinta anos, contado da data de assinatura do imprescindível contrato, podendo ser prorrogado no máximo por igual período, a critério do poder concedente, nas condições estabelecidas no contrato.

As concessionárias de transmissão de energia elétrica são remuneradas com base na Receita Anual Permitida (RAP) que conforme ANNEEL “é a remuneração que as transmissoras recebem para disponibilizar o sistema ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e prestar o serviço público de transmissão aos usuários.”

Nos termos do CPST, e com base na RAP, o ONS é responsável pelo cálculo dos valores devidos mensalmente às concessionárias de transmissão. Baseado nesse cálculo, e conforme os contratos celebrados individualmente com o ONS, os usuários do sistema de transmissão realizam os pagamentos mensais diretamente às concessionárias.

Para os contratos anteriores a 2006 a RAP era reduzida pela metade no seu 16º ano de contrato para contribuir com a modicidade tarifária. As licitações atuais possuem um perfil de pagamento de RAP plano, ou seja, a receita não decai após o 16º ano da concessão.

O valor dessa Receita Anual Permitida é decorrente de licitação que é o valor obtido no resultado do leilão de transmissão. O pagamento tem início a partir da entrada em operação comercial de suas instalações e a revisão acontece a cada cinco anos, nos termos do contrato. A RAP também passa por reajustes anuais esses podendo ser pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) conforme Nota Técnica nº 209/2012-SRE/ANEEL:

1. Para as transmissoras que celebraram contrato de concessão até 2006, a RAP é atualizada com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
2. Para as transmissoras que celebraram contrato de concessão assinados a partir de 2006, a RAP é atualizada com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todo ano a ANEEL publica uma Resolução Homologatória onde se encontram os valores das RAP`s, de todas as transmissoras, que terão vigência do mês de Julho a Junho do ano seguinte.

## 2.3 NORMAS INTERNACIONAIS

O *International Financial Reporting Standards* (IFRS), no Brasil, Normas Internacionais de Contabilidade, vem causando grandes mudanças na área profissional e acadêmica. Muitos países já convergiram, como a Europa, e muitos têm um cronograma de convergência, que é o caso do Brasil, para o IFRS.

Para introdução do IFRS nas práticas contábeis do Brasil foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que traduz, discute, aprova e publica Pronunciamentos Técnicos que validam as normas internacionais (MOURAD E PARASKEVOPOULOS, 2010). A Resolução CFC nº 1.055/05, art. 3º esclarece qual o objetivo do CPC:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

A principal função dessa convergência as Normas Internacionais de Contabilidade é a harmonização das práticas contábeis em todos os países que adotarem o IFRS para que seja possível a comparabilidade entre entidades de diversos países (MOURAD E PARASKEVOPOULOS, 2010). Outro ponto forte da convergência para o IFRS é o aumento da transparência das demonstrações contábeis aos usuários.

Segundo Iudícibus (pag. 21, 2010) as características básicas das normas internacionais são:

- Baseadas muito mais em princípios do que em regras;
- Baseadas na prevalência da essência sobre a forma;
- Maior importância os conceitos de controle, de obtenção de benefícios e de incorrência em riscos do que a propriedade jurídica para registro de ativos, passivos, receitas e despesas; e
- A contabilidade passa a ser de toda a empresa, não só do contador.

No Brasil o processo de convergência ao padrão IFRS começou com a Lei 11.638/07 que alterou vários dispositivos da lei 6.404/76 que é conhecida como Lei das Sociedades Anônimas. Logo depois a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o CFC aprovaram os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Em 2010 uma série de pronunciamentos começou a ser de aplicação obrigatória para o exercício encerrado em 2010, retroativo as demonstrações financeiras de 2009 a fim de comparar as informações. A princípio apenas as companhias de capital aberto e sociedades de grande porte que estavam obrigadas a aplicação dos novos padrões contábeis, porém as Pequenas e Médias Empresas, para o exercício de 2011, também tiveram que se adequar.

### **2.3.1 Interpretação Técnica ICPC 01 e ICPC 17**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu em novembro de 2009 o ICPC 01 – Contrato de Concessões que tem por objetivo orientar as concessionárias sobre a forma de contabilização dos contratos de concessão de serviço público a entidades privadas.



Esta interpretação foi aprovada pela CVM em dezembro de 2009 através da deliberação nº 611 que foi revogada pela deliberação 677 em dezembro de 2011 após revisão da interpretação pelo CPC. O CFC, um dos membros do CPC, também aprovou a Interpretação através da resolução nº 1.261 alterada pela nº 1.376/11. O ICPC 01 tem correlação à IFRIC 12 do IASB e é obrigatória as companhias de capital aberto a partir de 1º janeiro de 2010 retroativo as demonstrações de 2009 publicadas e, conjunto a fim de comparação.

Já em dezembro de 2011 foi emitido o ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação, que trata da forma como os contratos de concessão devem ser evidenciados. Esta interpretação foi elaborada com base na SIC 29 – *Disclosure - Service Concession Arrangements* também emitido pelo IASB. A Interpretação foi aprovada junto com o ICPC 01 na deliberação da CVM nº 677/11 e pelo CFC na resolução nº 1.375/11 e aplica-se aos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2011.

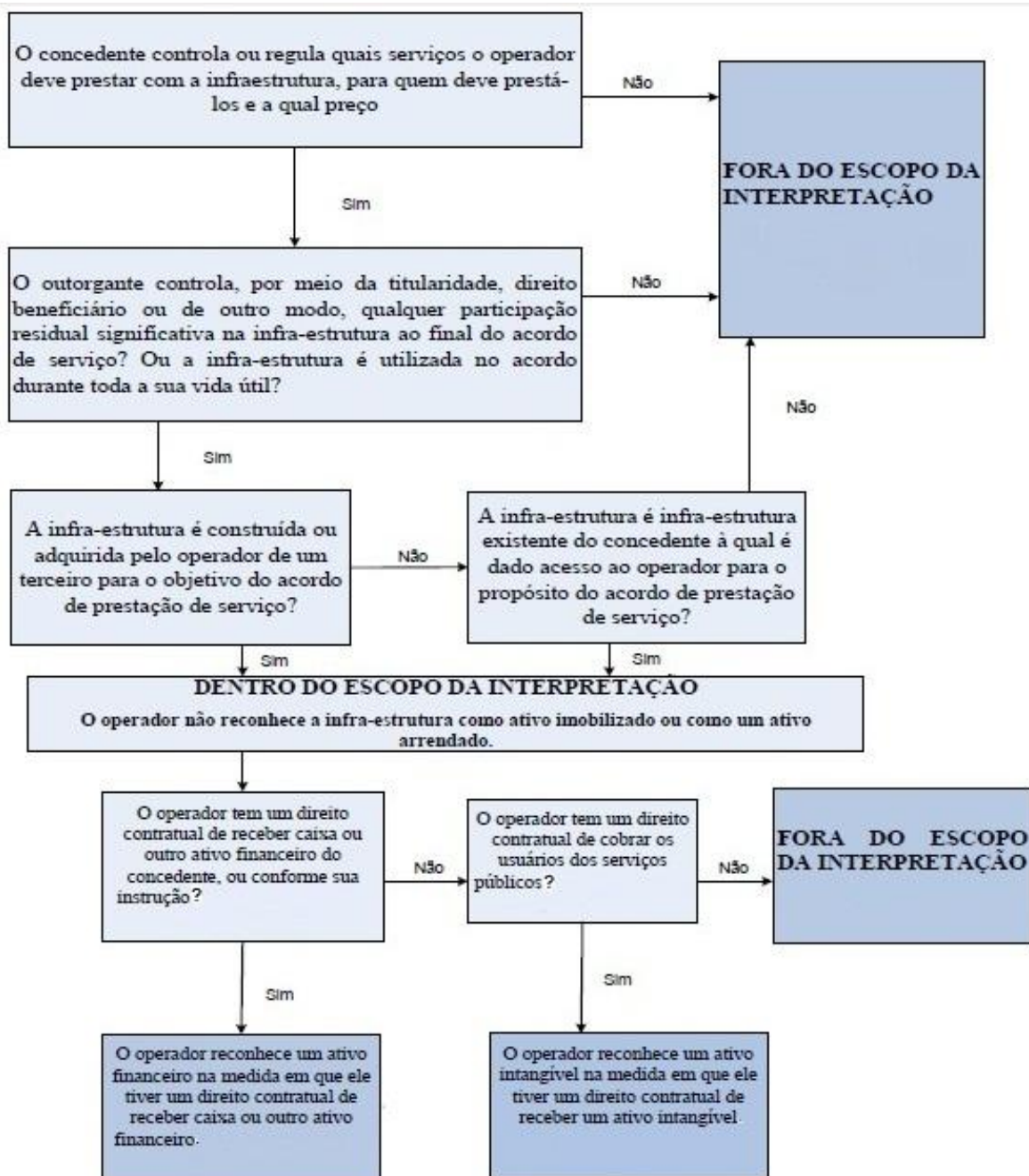
Está dentro do alcance da interpretação, durante toda a sua vida útil, a infraestrutura utilizadas nas concessões de serviços públicos à entidades privadas que atendam as condições, conforme o próprio ICPC 01:

- (a) o Concedente controle ou regulamente quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- (b) o Concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

As mesmas podem ser construídas ou adquiridas pelo Concessionário, junto com terceiros ou não, para cumprir o acordo de prestação de serviço ou a infraestrutura pode estar pronta e o Concedente dar acesso ao Concessionário para efeitos do acordo de prestação de serviço.

A figura nº 2 resume a contabilização conforme o que foi definido no contrato. É uma adaptação do diagrama que acompanha o ICPC 01:

Figura 2 - Classificação dos Contratos de Concessão conforme ICPC 01  
 Fonte: Adaptação do CPC (2009, ICPC 01)



Os contratos de concessão cujo ICPC 01 é aplicado de acordo com a própria interpretação não são registrados como Ativo Imobilizado uma vez que “não prevê a cessão ao Concessionário do direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos”. O Concessionário tem apenas o direito de acesso à infraestrutura conforme condições do contrato para prestação do serviço público.

Segundo Iudícibus et al. (2010, pag. 455) “as entidades devem reconhecer como ativo apenas as importâncias a serem recebidas pelos serviços prestados a partir da utilização desses ativos”. Sendo assim as concessões devem ser reconhecidas como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

Uma vez que a concessão tenha as características para a aplicação do ICPC 01 para ser registrada como ativo financeiro é necessário que a entidade concessionária obtenha “um direito contratual incondicional de receber um valor em dinheiro ou outro ativo financeiro, especificado ou determinável, do governo” (IUDÍCIBUS et al., 2010, pag. 455).

Mas se ao contrário do ativo financeiro “a entidade concessionária recebe um direito de cobrar diretamente do usuário pelo uso do ativo do setor público” (IUDÍCIBUS et al., 2010, pag. 456) esta deve ser registrada como um ativo intangível.

Também podem ocorrer ambas as características de remuneração da concessão que segundo Andrade (2010, pag.66) “se em um contrato de concessão a remuneração pelos serviços envolver duas formas de pagamento, ou seja, um ativo financeiro e um ativo intangível, é necessária a segregação na hora do reconhecimento.”

#### 2.3.1.1 Divulgação Requerida pelo ICPC 01

Ao fim de cada período o Concessionário deve utilizar todos os aspectos do contrato de concessão para determinar as divulgações e notas adequadas.

Nos itens 28 e 29 da interpretação segue uma descrição das informações que precisam ser divulgadas, entre elas está o “total da receita e lucros ou prejuízos reconhecidos no período decorrente da prestação de serviços de construção, em troca de um ativo financeiro ou um ativo intangível” (ICPC 01). As outras informações necessárias são:

- (a) descrição do contrato;
- (b) termos significativos do contrato que possam afetar o valor, o prazo e a certeza dos fluxos de caixa futuros (por exemplo, período da concessão, datas de reajustes nos preços e bases sobre as quais o reajuste ou revisão serão determinados);
- (c) natureza e extensão (por exemplo, quantidade, prazo ou valor, conforme o caso) de:
  - (i) direitos de uso de ativos especificados;
  - (ii) obrigação de prestar serviços ou direitos de receber serviços;
  - (iii) obrigações para adquirir ou construir itens da infraestrutura da concessão;
  - (iv) obrigação de entregar ou direito de receber ativos especificados no final do prazo da concessão;
  - (v) opção de renovação ou de rescisão; e
  - (vi) outros direitos e obrigações (por exemplo, grandes manutenções periódicas);
- (d) mudanças no contrato ocorridas durante o período; e
- (e) como o contrato de concessão foi classificado: ativo financeiro e/ou ativo intangível.

As divulgações “devem ser feitas por cada contrato de concessão individual ou para cada classe de contratos de concessão.” (ICPC 01). Essas classes podem ser definidas como serviços de natureza similar.

### **2.3.2 Orientação OCPC 05 - Contratos De Concessões**

A adoção do ICPC 01 estava gerando muitas dúvidas nas empresas o que levou o CPC a emitir em dezembro de 2010 a orientação OCPC 05. A própria orientação cita a sua finalidade “esclarecer assuntos que têm gerado dúvidas quanto à adoção da Interpretação Técnica ICPC 01”.

A CVM aprovou no mesmo mês da emissão através da deliberação nº 654 onde exigia a aplicação no exercício de 2010 e retroativamente ao exercício de 2009 publicado em conjunto para fins de comparação. O CFC aprovou também em dezembro de 2010 através da resolução nº 1.318.

A orientação foi direcionada as concessões de rodovias, ferrovias e energia elétrica, porém recomendou que os mesmos aspectos abordados fossem utilizados para as demais indústrias ou atividades reguladas.

O principal foco da orientação é a contabilização das concessões. Dessa forma o OCPC 05 explica os modelos adotados quando for ativo intangível, ativo financeiro ou bifurcado. A forma de classificação do ativo financeiro no balanço patrimonial e sua

remuneração na demonstração do resultado. Também descreve as formas de mensuração desses ativos e o reconhecimento do custo e receita de construção.

O OCPC 05 dá diretrizes para a contabilização dos custos dos empréstimos, dos bens móveis e fala sobre os bens vinculados a concessão e a forma como deve ser a amortização desses ativos e a provisão para gastos com manutenção e operação dos mesmos.

No que diz respeito a indústria de energia a orientação diz que “engloba três atividades com diferentes marcos regulatórios, a saber: geração, transmissão e distribuição”. A atividade de comercialização é independente e não está vinculada a um contrato com o poder concedente.

Para os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica a orientação descreve as principais características desses contratos como sendo:

- Obrigação contratual de construir, operar e manter a infraestrutura;
- Maioria com prazo de 30 anos;
- Na média, a vida útil econômica estimada dos bens da infraestrutura é superior ao prazo de concessão;
- A concessionária de transmissão é interposta entre o poder concedente e o usuário;
- Atividade sujeita a condição de generalidade e de continuidade;
- Alguns contratos têm garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- Os contratos estabelecem quais serviços e para quem os serviços devem ser prestados;
- O preço é regulado e denominado RAP
- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização sobre os investimentos ainda não amortizados.
- As linhas de transmissão são de uso dos geradores, das distribuidoras, dos consumidores livres, exportadores e importadores.

Com base nas características dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica a Orientação técnica OCPC 05 diz que “entende-se que as companhias do setor estão inseridas no alcance da ICPC 01”. No que se refere a contabilização “o modelo que melhor reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro” (CPC, 2010).

### 2.3.2.1 Divulgação Requerida pelo OCPC 05

No item 51 da orientação são mencionadas quais informações devem ser divulgadas pelas empresas, sendo estas:

51. A entidade deve divulgar nota explicativa sobre: (i) principais características dos contratos de concessão e dos contratos de arrendamento mercantil assinados com o poder concedente; (ii) especificidades inerentes à outorga da concessão, ou seja, se fixa ou variável, critérios de reajuste, indexadores, prazos, entre outros; (iii) os investimentos futuros contratados com o poder concedente indicando o tipo e o montante estimado de cada um deles na data do balanço, as datas previstas de realização; e (iv) o aumento (se houver) de receita em função da realização das obras.

Podemos verificar que são as mesmas informações já solicitadas no ICPC 01 porém com uma abordagem um pouco diferente onde descreve os itens com alguns exemplos que não continha na interpretação.

## 2.4 PESQUISAS ANTERIORES

Por meio de uma pesquisa da literatura buscou-se verificar o que está sendo discutido sobre o tema no meio acadêmico. Entre os estudos similares encontrados muitos tratam sobre a importância da evidenciação das informações nas demonstrações contábeis e a forma de contabilização de concessões, segue os principais trabalhos no quadro 1.

Quadro 1 – Estudos Similares

Referência	Foco do estudo
Galvão Jr., Monteiro (2006)	Fez uma análise comparativa de contratos de concessão dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em quatro cidades diferentes, estas: Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza e Natal. Os principais itens analisados foram o pagamento de outorga, as tarifas, as metas de cobertura de investimentos e a regulação fiscalização e controle do órgão. Os resultados encontrados foram que com a falta de marco regulatório no setor os contratos não tem isonomia de forma que cada um tem cláusulas diferentes entre si o que prejudica o setor tanto na parte dos Concedentes quanto dos Concessionários.
Andrade, Martins (2009)	Tratou da contabilização dos contratos de Parceria Público-Privadas (PPPs) conforme o IFRIC 12. Utilizou de dois exemplos práticos utilizando a opção de Ativo Financeiro e Ativo Intangível. Como resultado levantou a dificuldade de se medir e contabilizar o risco que envolve esses contratos e que a norma não tratou. Foi ressaltado também a facilitação que a padronização em dois modelos trás para esclarecer a aplicação da essência dos contratos.
Cruz, Silva e Rodrigues (2009)	Foram analisados os relatórios de duas empresas estrangeiras que recém tinham adotado o IFRIC 12 a fim de compreender as alterações que a adoção trouxe a contabilidade. A principal conclusão foi o grupo de contas do Ativo que sofreu forte mudança com a transferência dos ativos imobilizados para ativos financeiros e/ou ativos intangíveis. Outros efeitos foram às provisões para manutenção e reparos e o reconhecimento de receitas.
Andrade (2010)	O trabalho tratou na contabilização das concessões e ainda fez um paralelo entre as concessões no Brasil e no Reino Unido. Como resultado a autora salientou a importância da normatização da contabilização dos contratos trazendo mais confiabilidade das informações.
Souza (2011)	Foi feita uma análise em quatro empresas do setor de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa, estas: CTEEP, COPEL, Eletrobras e CEMIG, dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica a fim de verificar se a evidenciação estava de acordo com o solicitado pelo ICPC 01. O resultado encontrado foi que as companhias apresentam diferentes informações, com diferentes níveis de detalhamento o que levou a apresentação parcial das informações solicitadas pelo ICPC 01.

Além dos trabalhos citados foram encontradas pesquisas que analisam o papel dos órgãos reguladores, quais os efeitos esperados pela adoção do IFRIC 12 e também estudos mais aprofundados sobre os leilões das concessões de transmissão.

No que se refere ao órgão regulador das concessões de rodovias em São Paulo, Cardoso et al. (2012), analisou as notificações e alterações contratuais de 12 concessões de rodovias em São Paulo vigentes em 2006. Concluiu que a fiscalização por parte do órgão regulador Artesp é bem estruturada com mais de 1.500 notificações. As renegociações não alteraram os termos gerais do contrato, as alterações focam no cronograma de obras e

acréscimos de obras não previstos inicialmente. Ressaltou a eficiência do modelo de concessão, porém falta estímulo para a redução do custo do serviço.

Já Paris et al. (2011), utilizaram como base um artigo publicado com os efeitos esperados pela adoção do IFRIC 12 na União Europeia e replicaram a pesquisa no Brasil utilizando um questionário enviado para diversos interessados brasileiros. As conclusões foram semelhantes, no Brasil a maioria se manifestou positivamente quanto a relevância e parcialmente em relação a confiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade esperadas das informações geradas pela aplicação do ICPC 01 enquanto os respondentes europeus se mostraram otimistas em relação as quatro características.

No que se refere ao nível de informação divulgada pelas empresas Melo, Ponte e Oliveira (2007), analisaram quais informações de natureza avançada e não obrigatória estavam sendo divulgadas pelas empresas Brasileiras. A população foi de 117 empresas com as demonstrações contábeis do exercício de 2006. O resultado foi de que o nível de evidenciação das empresas ainda está abaixo do desejado, principalmente no setor de serviço público e de telecomunicações.

Os autores Melo et al. (2011) focaram sua pesquisa na investigação de qual o efeito do não reconhecimento da inflação no setor de energia elétrica desde 1996, ano que cessou a prática de correção monetária. A amostra foi criada através da seleção das 24 maiores empresas de energia elétrica com ações negociadas na Bolsa de Valores conforme Revista Exame Melhores e Maiores 2010, ano base 2009. Através de métodos estatísticos chegou à conclusão de que existe uma relevante diferença entre os valores históricos/nominais e corrigidos/efetivos em todos esses anos e que então as demonstrações contábeis expressas estão incompletas e distorcidas.

No que diz respeito ao papel das empresas de auditoria Maia, Formigoni e Silva (2012), verificaram quais variáveis influenciaram o nível de evidenciação mínima das companhias durante o período inicial de convergência a contabilidade internacional. A amostra foi das empresas abertas não financeiras do índice IBRX da Bovespa, composta por 78 empresas. Os anos utilizados foram de 2008 e 2009 e foi utilizado um índice de evidenciação mínima de 72 itens relativos a pronunciamentos e orientações emitidos pelo CPC. A conclusão foi de que o porte da empresa de auditoria, a internacionalização, o nível de governança corporativa e o nível de endividamento influenciaram significativamente o nível de evidenciação mínima das empresas.



A análise de quais fatores determinaram a adoção do processo de convergência contábil foi feita por Zonatto et al. (2011) por meio de 30 empresas do setor de energia elétrica (geração de distribuição) com os relatórios contábeis do exercício de 2009. Através do índice IOPC e a Teoria dos Conjuntos Aproximativos. A conclusão foi de que as características que mais explicam a adoção da convergência pelas empresas foram: Tamanho, Necessidade de Financiamento, Endividamento Total, Imobilização do Patrimônio Líquido e Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

O artigo de Neto, Dias e Pinheiro (2009) verificou qual o impacto que a adoção do IFRS teve nos indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras. Por meio de análise estatística que os índices econômicos financeiros não são afetados de maneira significativa, demonstrando a inexistência de assimetria de informação nas empresas analisadas.

Hirota (2006) estudou quais os fatores que tornaram tão atrativos os investimentos na área de transmissão de energia elétrica, analisado dez leilões de linhas entre os anos de 1999 e 2005. Por meio de análise estatística chegou-se a conclusão que para a correta determinação do valor da RAP nos leilões além dos custos básicos, a interdependência ou economias de escala são determinantes.

Um trabalho similar a este é o de Souza (2011) citado no quadro 1. Porém, três das quatro empresas pesquisadas tem outras atividades principais além de transmissão. Outro diferencial é a utilização apenas do ano de 2010 enquanto o presente trabalho utiliza os anos de 2009, 2010 e 2011 a fim de verificar também a evolução que a evidenciação teve depois da Interpretação ICPC 01.

Por esses motivos esta pesquisa se mostra importante e original de forma que seu objetivo é analisar se as empresas selecionadas estão evidenciando suas concessões de transmissão de energia de forma adequada a Interpretação Técnica ICPC 01.

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**

Este estudo possui um caráter descritivo e exploratório, já que analisa a evidenciação das concessões de transmissão de energia elétrica conforme solicitado pelo ICPC 01. Segundo Gil (1999, p. 70) “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis”. Na parte exploratória Vieira (2002, p. 5) afirma que “pesquisa exploratória visa proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema em estudo”.

Referente a abordagem a pesquisa caracteriza-se como análise qualitativa que examina e reflete sobre as percepções para obter um entendimento de atividades sociais e humanas, é uma análise subjetiva (RICHARDSON, 1999).

#### **3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA**

A orientação OCPC 05 direcionou suas orientações aos contratos de rodovias, energia elétrica e ferrovias, destas foi escolhido o setor de energia elétrica por ser um setor de infraestrutura que está em destaque atualmente graças aos investimentos realizados pelo governo e o vencimento de concessões nos anos de 2015 a 2017 que tem gerado discussão no setor e será tratado adiante.

Dentro do setor de energia elétrica são encontradas as atividade de geração, transmissão e distribuição. Conforme o OCPC 05 por os contratos de concessão de geração de energia elétrica possuírem cláusulas de venda do excedente de energia gerada, esta atividade não é abrangida pela norma. Entre as atividades de transmissão e distribuição que conforme a Orientação OCPC 05 a norma é aplicada foi escolhido a atividade de transmissão pelo interesse da autora que trabalha com essa atividade.

As empresas escolhidas para a pesquisa teve critério intencional, já que são empresas listadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA que tenham exclusivamente como atividade principal a transmissão de energia elétrica. O quadro 2 apresenta as atividades principais das 65 empresas cadastradas no setor de atuação de energia elétrica:

Quadro 2 – Atividade Principal das Empresas

<b>Atividade Principal</b>	<b>Nº de Empresas</b>
Holding	21
Geração	13
Transmissão	4
Distribuição	18
Distribuição e Geração	4
Geração e Transmissão	3
Geração, Transmissão e Distribuição	2
<b>Total</b>	<b>65</b>

As quatro empresas que cadastraram como atividade principal exclusivamente a atividade de transmissão de energia elétrica são destacadas no quadro 3:

Quadro 3 – Empresas Seleccionadas

<b>Ação Social</b>	<b>Nome de Pregão</b>	<b>Segmento</b>	<b>Atividade Principal</b>
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	AFLUENTE T		Transmissão
Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A.	CACHOEIRA	MB	Transmissão
CTEEP - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	TRAN PAULIST	N1	Transmissão
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	TAESA	N2	Transmissão

Após formação da população foi utilizado as Demonstrações Financeiras dos anos de 2009, 2010 e 2011, mais especificamente as Notas Explicativas, e o Formulário de Referência dos anos para obtenção dos dados.

Foi verificado que as empresas AFLUENTE T e CACHOEIRA não publicaram Demonstrações Financeiras nem Formulário de Referência no ano de 2009, pois não negociavam ações na Bovespa neste período.

### 3.2.1 Empresas Seleccionadas

Foi realizado um pequeno resumo sobre as empresas seleccionadas utilizando as informações contidas nas Notas Explicativas, Formulário de Referência e site das empresas.

Quadro 4 – Informações sobre as Empresas Seleccionadas

<b>Afluentes T</b>	A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída a partir da cisão parcial da Afluente G&T com a absorção da parcela referente às atividades de transmissão de energia elétrica. A empresa controlada pela Neoenergia e é composta por três subestações (SE) e linhas de transmissão (LT) 230 kV e 138, localizadas no estado da Bahia. Os ativos de transmissão integram a Rede Básica, com potência instalada de 500 MVA. As linhas de transmissão tem uma extensão total de 445 Km ( <a href="http://www.afluente.com.br/transmissao/afluente_empresa.asp">http://www.afluente.com.br/transmissao/afluente_empresa.asp</a> ).
<b>Cachoeira</b>	A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida no Rio de Janeiro. A Isolux Energia e Participações S.A. é a controladora da Companhia. Seu empreendimento está localizado em São Paulo com uma extensão aproximada de 181 km de linha de transmissão 500Kv (NE CACHOEIRA, 2011)
<b>CTEEP</b>	CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista é resultado da cisão de ativos da Companhia Energética de São Paulo (CESP), sendo fundada em fevereiro de 1999. A mesma possui sua sede localizada na cidade de São Paulo, tendo sua rede formada por 12.316 km de linhas e 105 subestações com tensão de até 550 kV, com capacidade instalada de 43.973 MVA ( <a href="http://www.ctEEP.com.br/">http://www.ctEEP.com.br/</a> ).
<b>Taesá</b>	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A foi fundada em janeiro de 2006 e possui sua sede situada na cidade do Rio de Janeiro. Tem como suas Controladoras diretas a Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu. É controladora da empresa NTE e controlada em conjunto das empresas UNISA, ETAU e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. Suas linhas e subestações estão localizadas nos estados de Goiás, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Tocantins e Distrito Federal, possuindo uma extensão de 2.640 km ( <a href="http://ri.taesa.com.br/">http://ri.taesa.com.br/</a> ).

A Companhia CTEEP é controlada pela ISA Capital do Brasil e detém o controle das empresas IEMG, Pinheiros, Serra do Japi e o controle em conjunto das empresas IENNE, IESul, IEMadeira e IEGaranhuns, todas possuem direitos a concessões. A CTEEP marca presença, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 12 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí (<http://www.ctEEP.com.br/>).

### 3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para o alcance dos objetivos foi feito um estudo de levantamento, já que foi necessário o levantamento das empresas que tinham como atividade principal transmissão de energia elétrica. Para realizar a coleta de dados foi feito uma pesquisa documental, que conforme a ABNT “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova.” e foram utilizados dados secundários, já que “os dados secundários são aqueles obtidos, por exemplo, de obras bibliográficas ou de relatórios de pesquisas anteriores sobre o tema” (RICHARDSON, 2007, p .39), pois foram utilizados os Formulários de Referência e Notas Explicativas das companhias estudadas.

O Formulário de Referência, que desde Junho de 2010, conforme Instrução CVM 480/09, substituiu o Formulário de Informações Anuais – IAN e as seções de prospectos de oferta publica de ações, porém é mais uma fonte de informação sobre a empresa e seus Contratos de Concessão.

De acordo com o Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM) o Formulário de Referência é o principal informativo da empresa para todos os públicos alvos uma vez que reúne informações relevantes para a compreensão e avaliação da companhia. Ainda conforme Pronunciamento de Orientação nº 9 de 27 de abril de 2011 do CODIM o Formulário de Referência deve ser visto pela alta administração como um documento estratégico e dinâmico que deve ser cuidadosamente elaborado e atualizado regularmente conforme mudanças que afetem o seu conteúdo.

Conforme Souza (2011, pag. 5) “a criação e a obrigatoriedade de emissão do formulário de referência atende aos novos princípios de convergência dos padrões internacionais de contabilidade”. Outra função do Formulário de Referência é evidenciação através da narração de informações que normalmente estão retratadas apenas em números.

A Lei das S.A. previu no seu § 4º do art. 176 da Lei nº 6.404/76, a publicação das Notas Explicativas às demonstrações Contábeis:

“As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.”

Segundo Neves (2005) as notas explicativas são fontes importantes para a transparência das operações dos resultados e da situação econômico financeira da empresa, pois divulgam informações complementares que dão suporte ao usuário no esclarecimento sobre as demonstrações contábeis.

Para o alcance do primeiro objetivo específico que é verificar a evolução da divulgação das informações sobre os contratos de concessão das empresas serão utilizados simultaneamente as informações das Notas Explicativas (NE) retiradas dos Demonstrativos Financeiros Padronizados e do Formulário de referência (FR) dos anos de 2009, 2010 e 2011 pelas empresas CTEEP e TAESA, como as empresas AFLUENTE T e CACHOEIRA não publicaram as informações no ano de 2009 a evolução será analisada apenas os anos 2010 e 2011.

Após os resultados da evolução os dados coletados em 2009 não serão mais utilizados, pois não era obrigatória a aplicação do ICPC 01 que servirá de base para a análise.

Na verificação da evidenciação das informações sobre contratos de concessão de transmissão de energia elétrica das empresas selecionadas será utilizada a lista de verificação solicitada pelo ICPC 01. Foi criado um quadro de verificação de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01, porém os itens foram descritos a fim de facilitar a compreensão.

Quadro 5 – Lista de Verificação do ICPC 01

Descrição do acordo contratual
<b>Exemplos</b> Nome da Linha ou SE Número do Contrato Data da Assinatura Data de Entrada em Operação Valor RAP RAP em degrau Custo do Investimento Localização Extensão Tensão Capacidade de Transformação
Termos significativos do contrato que possam afetar o montante, o período de ocorrência e a certeza dos fluxos de caixa futuros
<b>Exemplos</b> Termos significativos (afete o montante) Período da concessão Data do reajuste nos preços Base do reajuste Resultado do reajuste tarifário
Natureza e extensão de
(i) direitos de uso de ativos especificados; (ii) obrigação de prestar serviços ou direitos de receber serviços; (iii) obrigações para adquirir ou construir itens da infraestrutura da concessão; (iv) obrigação de entregar ou direito de receber ativos especificados no final do prazo da concessão; (v) opção de renovação ou de rescisão; e (vi) outros direitos e obrigações (por exemplo, grandes manutenções periódicas);
<b>Exemplos</b> Quantidade Período de ocorrência Montante
Mudanças no contrato ocorridas durante o período
<b>Exemplos</b> Mudança do controle acionário Aumento de receita referente a obras
Como o contrato de concessão foi classificado
<b>Exemplos</b> Ativo Financeiro Ativo Intangível Ambos
Total da Receita no período decorrentes da prestação de serviços de construção, em troca de um ativo financeiro ou um ativo intangível.
Total do Lucro/Prejuízo no período decorrentes da prestação de serviços de construção, em troca de um ativo financeiro ou um ativo intangível.

Esta lista de verificação será usada para a análise dos resultados nas demonstrações das empresas da população.

#### 4 RESULTADOS

Após análise das Notas Explicativas (NE) e Formulários de Referência (FR) das empresas selecionadas vamos verificar através de tópicos criados com base nas informações solicitadas pelo ICPC 01 quais informações as empresas divulgaram, se estão de acordo com o ICPC e qual ou quais empresas estão na frente no que se diz respeito à transparência de informação sobre contratos de concessão de transmissão de energia elétrica.

Referente aos contratos de concessão as empresas Afluentes T e Cachoeira divulgam informações sobre apenas um contrato cada uma, que são próprios. A empresa CTEEP divulga informações sobre 14 (catorze) contratos de concessão sendo dois contratos próprios e doze contratos através das suas controladas ou controladas em conjunto. Já a Taesa divulga 13 contratos de concessão sendo cinco contratos da própria companhia e oito através da sua participação em outras empresas.

No que se refere ao porte das empresas segue quadro comparativo evidenciando Ativo Total, Patrimônio Líquido, Receita Total e o Segmento de Mercado da Bovespa que a empresa atua usando como ano base 2011.

Quadro 6 – Comparação do Porte da Empresa (Valores em milhares)

	<b>Ativo Total</b>	<b>PL</b>	<b>Receita Total</b>	<b>Segmento</b>
<b>Afluentes T</b>	92.604	81.257	32.008	Tradicional
<b>Cachoeira</b>	253.234	85.554	80.283	BM
<b>CTEEP</b>	8.409.496	4.539.434	2.900.805	N1
<b>Taesa</b>	6.490.580	2.252.472	997.244	N2

Podemos concluir que das empresas da população a CTEEP se destaca com o maior valor de Ativo Total, Patrimônio Líquido e Receita Total. A Taesa vem atrás com um Ativo Total aproximadamente 23% a menor que o da CTEEP, um PL de menos que a metade da mesma e uma Receita Total que equivale a um terço (34%) da CTEEP no ano analisado.

No que se refere aos valores de Ativo, PL e Receita as empresas Afluentes T e Cachoeira estão bem atrás da CTEEP e Taesa, somando o Ativo Total das duas empresas equivale a 4% do valor do Ativo da CTEEP. Entre elas a Cachoeira se destaca com um Ativo maior em quase três vezes comparado ao da Afluentes T e a Receita Total 60% maior que da



mesma. Já nos valores do Patrimônio Líquido das duas empresas estão aproximados estando a Afluente T com R\$ 81.257 e a Cachoeira com 85.554.

Outro dado importante a ser comentado é a diferença de Segmento de Mercado da Bovespa entre as empresas. A Afluente T participa do mercado Tradicional, a Cachoeira faz parte do Balcão Organizado (BM) que segundo a Bovespa é um ambiente administrado por instituições auto-reguladoras, estas promovem sistemas informatizados e regras para a negociação de títulos e valores mobiliários.

Já a CTEEP faz parte do Mercado Nível 1 de Governança Corporativa (N1) que conforme definição da Bovespa “exige que as empresas adotem práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores”. A Taesa está no maior nível entre as empresas analisadas e se encontra no Mercado Nível 2 (N2) de Governança Corporativa onde além de cumprir com as exigências do N1 devem divulgar relatórios financeiros mais completos, informações de negócios efetuados por diretores, executivos e acionistas controlados e as operações com partes relacionadas.

#### 4.1 DESCRIÇÃO DO ACORDO CONTRATUAL

O quadro 7 demonstra as informações apresentadas pelas quatro empresas, Afluente T, Cachoeira, CTEEP e Taesa, sobre a descrição dos seus contratos de concessão:

Quadro 7 – Descrição dos Contratos de Concessão

<b>Afluentes T</b>	<b>Cachoeira</b>	<b>CTEEP</b>	<b>Taesa</b>
Nome LT ou SE	Nome LT ou SE	Nome LT ou SE	Nome LT ou SE
Nº do Contrato	Nº do Contrato	Nº do Contrato	Nº do Contrato
Prazo	Prazo	Prazo	Prazo
Dara Inicial e Final da Concessão	Dara Inicial da Concessão	Dara Inicial e Final da Concessão	Dara Inicial e Final da Concessão
-	Valor da RAP	Valor da RAP por Contrato	Valor da RAP por Contrato
-	Valor da RAP histórica	-	Valor da RAP por Contrato desde 2009
Localização	Localização	Localização	Localização
Extensão e Tensão	Extensão e Tensão	Extensão e Tensão	Extensão e Tensão

É possível verificar que todas as empresas divulgaram os nomes das subestações e linhas de transmissão, o número do contrato de concessão e o prazo que é de 30 anos, com exceção de um dos contratos próprios da CTEEP que tem prazo de 20 anos e vence em 2015. A localização, tensão e extensão também foram informações que todas as empresas divulgaram.

O valor da RAP foi divulgada por três das quatro empresas, a CTEEP e a Taesa que divulgaram mais que um contrato trouxeram os valores da RAP por contrato de concessão. A Taesa também mostrou os reajustes anuais dos valores das suas RAPs desde o ano de 2009, a Cachoeira divulgou o valor da RAP na data da assinatura do contrato. A empresa Afluentes T mostrou não estar adequada a norma quando não divulgou o valor da RAP do seu contrato.

Outro fator que chamou atenção para as informações da Afluentes T foi a segregação das informações, todas sobre descrição do contrato estão apenas no formulário de referência. A Cachoeira por outro lado repetiu poucas informações das notas explicativas no formulário de referência e utilizou na maioria dos itens a expressão “Item facultativo à Companhia, nos termos da ICVM 480, conforme alterada”.

A divulgação da CTEEP foi completa tanto no FR quanto nas NEs. Outro fato relevante é que a CTEEP abriu as informações para novos investimentos onde além da descrição do contrato também divulgou o investimento estimado, para as controladas divulgou informações como constituição das empresas, previsão de entrada em operação e

número do leilão e nome dos lotes. A Taesa assim como a CTEEP repetiu as informações já divulgadas nas Notas Explicativas no Formulário de Referência.

Devido a quantidade de contratos as empresas CTEEP e Taesa usaram diversas vezes a divulgação através de quadros. Já a Afluente T e Cachoeira descreveram seus contratos para divulgar.

#### 4.2 TERMOS SIGNIFICATIVOS DO CONTRATO

Este tópico busca evidenciar as informações que afetem o montante, o período de ocorrência e a certeza dos fluxos de caixa futuro conforme ICPC 01. O quadro 8 mostra o que as empresas divulgaram sobre essas informações:

Quadro 8 – Termos Significativos dos Contratos de Concessão

<b>Afluente T</b>	<b>Cachoeira</b>	<b>CTEEP</b>	<b>Taesa</b>
Reajuste Anual IGP-M	Reajuste Anual IGP-M	Reajuste Anual IGP-M ou IPCA	Reajuste Anual IGP-M
Revisão Tarifária 5 anos		Revisão Tarifária 5 anos	
	RAP em degrau	RAP em degrau	

A principal informação divulgada é o reajuste anual da RAP que utiliza o IGP-M para correção do valor em todas as empresas, na CTEEP algumas concessões são reajustadas pelo IPCA. A concessões da Afluente T e a maioria das concessões da CTEEP sofrem revisão tarifária periódica a cada 5 anos, das duas concessões próprias da CTEEP uma delas é revisada a cada 4 anos e a outra não tem revisão periódica. A Cachoeira não divulgou nada sobre o assunto, já a Taesa divulgou que duas concessões de duas empresas das quais tem participação não tem revisão tarifária porém não evidenciou se as outras tinham.

As empresas Cachoeira e CTEEP divulgaram que possuem contratos de concessão com a RAP perfil em degrau que é a “redução para a metade do valor inicial a partir do 16º ano, para um período de 30 anos de remuneração, contados da data de início da operação comercial” (ANEEL, 2012). A CTEEP, que possui vários contratos, divulgou quais que tem a RAP com esse perfil sendo um contrato próprio e outro de participação.

#### 4.3 NATUREZA E EXTENSÃO DE UTILIZAÇÃO DOS ATIVOS PÚBLICOS DE INFRAESTRUTURA

Referente as informações de natureza e extensão da utilização dos ativos públicos e da infraestrutura vinculados ao contrato de concessão as empresas não apresentaram todas as informações solicitadas pelo ICPC 01. Os resultados foram descritos por itens.

##### 4.3.1 Direitos de uso de ativos especificados

Nenhuma das empresas divulgou informações sobre este item.

##### 4.3.2 Obrigação de prestar serviços ou direitos de receber serviços

No que se refere este item três empresas deixaram de evidenciar suas informações. A única empresa que evidenciou alguma informação sobre este item foi a Taesa divulgando que o contrato estabelece quais serviços que o operador deve prestar e estabelece padrões de desempenho desses serviços como manutenção e disponibilidade da rede. As outras três empresas não apresentaram nenhuma informação.

##### 4.3.3 Obrigações para adquirir ou construir itens da infraestrutura da concessão

Já foi dito neste trabalho que os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica têm como característica que as construções das linhas e subestações referentes ao serviço de transmissão sejam de obrigação das concessionárias. Todas as empresas analisadas evidenciaram nas suas demonstrações como objetivo social ou finalidade do contrato de concessão esta obrigação.

Quadro 9 – Obrigação de Adquirir ou Construir a Infraestrutura da Concessão

<b>Afluente T</b>	"estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades" (AFLUENTE T, 2011)
<b>Cachoeira</b>	"implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica" (CACHOEIRA, 2011)
<b>CTEEP</b>	"planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível" (CTEEP, 2011)
<b>Taesa</b>	"O Grupo [...] assinou contratos de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão" (TAESA, 2011)

Com os dados divulgados no quadro 9, é possível concluir que todas as empresas analisadas divulgaram adequadamente com o solicitado na interpretação.

#### **4.3.4 Obrigação de Entregar ou Direito de Receber Ativos Especificados no Final do Prazo da Concessão**

Neste item todas as empresas foram muito claras sobre o assunto informando que ao final do prazo do contrato todos os bens vinculados à concessão serão revertidos ao poder Concedente tendo a empresa um direito incondicional de receber indenização pelos bens ainda não amortizados.

Nenhuma soube dizer ao certo qual seria o valor desta indenização. Uma das concessões próprias da CTEEP tem como vencimento o ano de 2015 porém não divulgou nenhuma informação relevante sobre o assunto.

#### **4.3.5 Opção de Renovação ou Rescisão**

Neste item as empresas Afluente T e Cachoeira não apresentaram nenhuma informações. Já a empresa CTEEP em seu FR e a empresa Taesa nas suas NEs divulgaram que os contratos podem ser prorrogados a critério exclusivo da ANEEL. O prazo poderá ser prorrogado por no máximo igual período, mediante requerimento da transmissora. Caso haja

interesse público de prorrogação serão revisadas as condições estipuladas no contrato, entre elas a diminuição da RAP.

Neste ano, de 2012, no Brasil houve muitas discussões sobre a prorrogação ou não das concessões que vencem a partir de 2015 conforme Instituto Acende Brasil “Em 2015 vencem inúmeras concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, fenômeno que, além de gerar impacto significativo no próprio setor elétrico, enseja discussões que afetam o interesse público” (Instituto Acende Brasil, 2012).

Em 11 de setembro de 2012 a então presidente Dilma Rousseff emitiu uma Medida Provisória nº 579 regulamentada pelo Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 onde aprovou a prorrogação das concessões do setor elétrico com vencimento a partir de 2015. O requerimento de prorrogação deveria ser feito pelas Concessionárias até dia 15 de outubro de 2012. Depois disso o poder Concedente deveria convocar as Concessionárias para assinatura dos termos aditivos e definições do contrato conforme art. 3º do Decreto nº 7.805/2012:

Art. 3º Até 1º de novembro de 2012 o poder concedente, convocará as concessionárias para a assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão de energia elétrica, divulgará a respectiva minuta e definirá:

I - para cada usina hidrelétrica:

a) a tarifa; e

b) o valor da indenização;

II - para as instalações de transmissão:

a) a Receita Anual Permitida - RAP; e

b) o valor da indenização.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo para antecipação dos efeitos da prorrogação.

§ 2º A ANEEL realizará a revisão extraordinária das tarifas de uso dos sistemas de transmissão, para contemplar a receita a que se refere a alínea “a” do inciso II do **caput**, até 11 de dezembro de 2012.

§ 3º As tarifas e a RAP de que trata este artigo serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2013.

Para a renovação das concessões a principal condição é a diminuição do preço da tarifa, retirando a remuneração relativa a investimentos já amortizados, processo que contribuirá na redução média de tarifas de energia de 20,2% anunciadas pelo governo (GOY, 2012)

No que se refere a CTEEP, nossa única empresa analisada que possui concessão com vencimento em 2015, foi divulgado pela Agencia EFE em 13 de novembro de 2012 que

“O conselho de administração da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), controlada pela colombiana ISA, considera inviáveis as condições impostas pelo Governo do Brasil para renovar a concessão da maior empresa de transmissão do país.”

Então, a princípio, a empresa CTEEP não irá renovar seu contrato de concessão por achar que as condições impostas pelo governo brasileiro através da MP 579 são inviáveis para o prosseguimento da prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica. (AGENCIA EFE, 2012).

#### **4.3.6 Outros Direitos e Obrigações**

A CTEEP apesar de não ter divulgado informações sobre os serviços que devem prestados evidenciou ter recebido autuação da ANEEL por descumprimento no contrato, o não cumprimento de data fixada para instalação de equipamento, não cumprimento da data fixada para entrada em operação de uma determinada LT e um desligamento do banco de transformadores, todas as autuações geraram multas e a CTEEP está recorrendo de todas.

Nenhuma outra empresa analisada divulgou informações a mais sobre seus direitos e obrigações nos contratos de concessão.

#### **4.4 MUDANÇAS NO CONTRATO OCORRIDAS DURANTE O PERÍODO**

As mudanças ocorridas no contrato de concessão precisam primeiramente de anuência da ANEEL. As empresas Afluente T e CTEEP evidenciaram nas suas NEs a reestruturação societária da companhia e que a ANEEL já tinha aprovado esta mudança. Outra informação que a CTEEP evidenciou sobre o item foi a transferência de ações de três controladas suas, estas também aprovadas pela ANEEL.

As empresas Taesa e Cachoeira não divulgaram nenhuma informação sobre alteração dos seus contratos.

#### 4.5 COMO O CONTRATO DE CONCESSÃO FOI CLASSIFICADO

O ICPC 01 solicita a divulgação de qual modelo a concessão foi classificada no ativo, a própria Interpretação da as opções de Ativo Financeiro, Ativo Intangível ou ambos. Todas as empresas evidenciaram essa informação em suas notas explicativas, conforme quadro 10.

Quadro 10 – Modelo que Contrato de Concessão foi Classificado

<b>Afluente T</b>	"concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente (AFLUENTE T, 2011)"
<b>Cachoeira</b>	"A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. (CACHOEIRA, 2011)"
<b>CTEEP</b>	"A interpretação ICPC 01 (IFRIC 12) foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte. Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. (CTEEP, 2011)"
<b>Taesá</b>	"Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela ANEEL e que os contratos de concessão estabelecem um direito contratual incondicional de receber caixa sem qualquer risco de demanda (através da RAP Receita Anual Permitida), identificamos e avaliamos o valor justo de cada Ativo Financeiro adquirido das respectivas empresas com base no que dita a interpretação ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão" (TAESA, 2011)"

É possível verificar que todas as empresas selecionadas consideraram aplicável aos seus contratos de concessões a Interpretação Técnica ICPC 01 e que conforme a Orientação OCPC 05 havia estabelecido todos os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica foram classificados como Ativos Financeiros. Dessa forma, as LTs e SEs foram retiradas do Imobilizado e o direito de concessão foi retirado do Intangível e transferidas para Ativo Financeiro de Curto e Longo Prazo.

Uma discrepância verificada foi que as LTs e SEs continuam sendo evidenciadas no Formulário de Referência no item de Imobilizado enquanto as informações sobre direito de concessão estão sendo evidenciadas no item de Intangíveis. Isso demonstra que as empresas não atualizaram a forma de evidenciação nos Formulários de Referência e estes se encontram em divergência com as Notas Explicativas.



Todas as empresas divulgaram um pequeno resumo sobre o ICPC 01 explicando itens das receitas, dos custos e quais eram suas principais características.

#### 4.6 TOTAL DA RECEITA E LUCROS OU PREJUÍZOS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

Conforme a Interpretação as empresas devem divulgar o total da receita e dos lucros ou prejuízos reconhecidos, no período correspondente a demonstração, de prestação de serviço de construção desde que este tenha como contrapartida um ativo financeiro ou ativo intangível vinculado à concessão.

O quadro 11 apresenta as informações divulgadas pelas empresas no que se refere a Receita de Construção. O Lucro ou Prejuízo proveniente desta receita não foi claramente tratado pelas empresas.

Quadro 11 – Informações sobre Receita de Construção

<b>Afluentes T</b>	"A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero" (AFLUENTE T, 2011)
<b>Cachoeira</b>	"Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar-se margem de lucro." (CACHOEIRA, 2011)
<b>CTEEP</b>	"Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apura margem de lucro." (CTEEP, 2011)
<b>Taesá</b>	"Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). Considerando que estes serviços serão realizados por terceiros o Grupo não apura margem de construção." (TAESA, 2011)

A empresa Afluentes T evidenciou em suas notas explicativas que adota margem de construção igual a zero, e também evidenciou a receita total de construção e o custo total de construção e não divulgou nenhuma informação sobre lucro ou prejuízo, porém, como a

margem é zero os valores foram idênticos levando a conclusão de que não houve nem lucro nem prejuízo este serviço.

Já a Cachoeira divulgou que os custos de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão da obra que está realizando e que apura margem de lucro determinando o valor justo do serviço aplicando uma margem de 1% sobre o custo de construção. Mesmo com esse reconhecimento de margem a companhia não divulgou nem o custo nem a receita de construção de forma que também não evidenciou o lucro reconhecido pelo serviço.

A CTEEP também achou coerente determinar o valor justo dos serviços de construção embutindo uma margem, esta deve ser suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção, porém não divulgou o valor utilizado na margem. A empresa não divulgou qual o lucro ou prejuízo do serviço de construção, porém evidenciou o total da receita de construção e o total do custo de construção que são informações que subsidiam o cálculo do lucro da prestação de serviço de construção.

A companhia Taesa só citou nas demonstrações receita de construção para as expansões, porém informou que não apura margem de construção. O valor da receita de construção foi evidenciada em conjunto com a remuneração do ativo financeiro de forma que não conseguimos saber o valor exato da receita. O valor do custo de construção e informações sobre o lucro ou prejuízo da prestação do serviço também não foram divulgados.

É possível verificar com as análises feitas das companhias que nenhuma divulgou todas as informações solicitadas pelo ICPC 01 e que o item de menor evidência foi o valor dos lucros ou prejuízos reconhecidos na prestação de serviço de construção. Nos Formulários de Referências das empresas não foi evidenciado nenhuma informação sobre este item.

#### 4.7 EVOLUÇÃO DAS DIVULGAÇÕES

Referente a evolução da divulgação das empresas sobre os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica nos anos de 2009, 2010 e 2011 ressalta-se a evolução do ano de 2009, 2010 e 2011 das empresas CTEEP e Taesa, com a obrigação da aplicação do ICPC 01 para as demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2010 as companhias melhoraram suas divulgações.

Na CTEEP a principal evolução na divulgação das suas informações do ano de 2009 para 2010 foi a descrição do contrato e os termos significativos, como quais RAPs tem perfil em degrau, índice de reajuste e data de início da concessão. Para as demonstrações do ano de 2010 para 2011 não houve evolução de forma que foram evidenciadas as mesmas informações.

A evolução da empresa Taesa do ano de 2009 para 2010 não foi significativa divulgando apenas a data de início e término da concessão a mais. Já de 2010 para 2011 a evolução foi considerável onde a empresa divulgou também o reajuste anual, o índice de reajuste, quais RAPs com perfil em degrau e qual o ano do degrau das concessões.

As empresas Afluente T e Cachoeira não publicaram demonstrações no ano de 2009 por não serem ainda obrigadas, sendo assim só foi analisado a evolução de apenas 2010 para 2011. Foi constatado que as duas empresas divulgaram as mesmas informações sobre os contratos de concessão no ano de 2010 e 2011, sendo assim, as empresas Afluente T e Cachoeira não tiveram nenhuma evolução nas suas demonstrações nesses anos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ICPC 01 foi emitido a fim de orientar a contabilização dos contratos de concessão, de forma que as informações contidas nas demonstrações representem a real condição patrimonial e financeira da empresa. Uma vez que a Concedente não tem o direito nem o controle sobre os ativos vinculados a concessão, e sim o direito de acesso, a Interpretação veio classificar os contratos de concessões como Ativo Financeiro ou Ativo Intangível de forma que não são mais reconhecidos como Ativo Imobilizado.

Assim o objetivo principal do estudo foi verificar se as empresas selecionadas estavam divulgando as informações sobre seus contratos de concessão de acordo com o solicitado pelo ICPC 01. Para alcançar o objetivo foram utilizadas as Notas Explicativas e Formulários de Referência das empresas que formaram a população. A seleção das empresas foi através do site da Bovespa que tinham como atividade principal, exclusivamente, transmissão de energia elétrica. Foram encontradas quatro empresas com essa característica, são elas: Afluentes T, Cachoeira, CTEEP e Taesa.

Foram analisadas as demonstrações dos anos de 2009, 2010 e 2011 das empresas CTEEP e Taesa e dos anos de 2010 e 2011 da Afluentes T e Cachoeira, pois essas não publicaram suas demonstrações em 2009. Através de um *checklist*, criado com base no ICPC 01, chegamos a conclusão de que as empresas ainda podem evoluir consideravelmente no que se refere a evidenciação das informações sobre seus contratos de concessão pois as mesmas não divulgaram todos os itens solicitados no ICPC 01.

Foi verificado um diferente nível de evidenciação das informações sobre os contratos de concessões das empresas estudadas. O nível das empresas Afluentes T e Cachoeira está equivalente entre elas, porém muitas informações solicitadas no ICPC01 foram omitidas ou divulgadas incompletas pelas companhias. As empresas CTEEP e Taesa estão divulgando informações mais adequadas ao solicitado pelo ICPC 01, porém pela sua quantidade de contratos de concessão (CTEEP 14, Taesa 13) estas informações poderiam ser mais claras e completas.

Um dos fatores que pode ter influenciado essa diferença de nível de informação entre as empresas Afluentes T e Cachoeira comparadas com a CTEEP e a Taesa é que as primeiras

são de um porte consideravelmente menor e, além disso, estão publicando suas demonstrações desde o exercício de 2010 apenas.

Sobre a utilização dos ativos públicos de infraestrutura as empresas omitiram várias informações que eram pertinentes aos seus contratos como direito de uso de ativos especificados que nenhuma empresa divulgou.

Todas as empresas evidenciaram a aplicação do ICPC 01 em seus contratos e conforme o OCPC 05 já havia orientado todos foram classificados no modelo de Ativo Financeiro graças às características dos contratos de transmissão.

Não houve evolução entre os anos nas empresas Afluentes T e Cachoeira. Estas evidenciaram as mesmas informações nos anos de 2010 e 2011. A Afluentes T segregou suas informações entre NE e FR sendo que nesse só divulgou informações sobre a descrição do contrato não divulgando nas NEs.

Nas empresas CTEEP e Taesa foi possível notar a evolução entre os anos, com mais informações sobre descrição dos contratos e sobre os reajustes. Seus Formulários de Referência se mostraram bem completos e compatíveis com as Notas Explicativas, dando um melhor entendimento sobre seus contratos de concessão de transmissão.

Destaca-se a CTEEP como a empresa com maior nível de evidência dos seus contratos. Em seguida está a Taesa que divulgou menos informações, porém em alguns itens se destacou como quando evidenciou o valor da RAP de seus contratos desde 2009 e foi a única a evidenciar as informações sobre prestação do serviço. As empresas Afluentes T e Cachoeira mostraram um nível baixo de evidência e a falta de evolução entre os anos mostra que as empresas devem dar mais importância para sua evidência.

Por fim, todas as empresas podem aumentar o número e detalhamento das informações sobre seus contratos de concessões de transmissão de energia elétrica sendo que estes são a principal forma de obtenção de receita e lucro da companhia e um item importante para os usuários da informação.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA EFE. **Colombiana ISA rejeita condições para renovar concessões no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://m.g1.globo.com/mundo/noticia/2012/11/colombiana-isa-rejeita-condicoes-para-renovar-concessao-no-brasil.html>. Acesso em: 27 de novembro de 2012.

ÁLVAREZ, Walter Tolentino. **Direito da eletricidade**. v. 2 Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

ANDRADE, Maria Elisabeth Moreira Carvalho; MARTINS, Vinícius Aversari. Análise dos Normativos de Contabilidade Internacional sobre Contabilização de Contratos de Parcerias Público-Privadas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, ano 06, v. 1, n. 11, p.83-107. Semestral. Jan./Jun., 2009.

ANDRADE, Maria Elisabeth Moreira Carvalho. **Contabilização dos Contratos de Concessão**. 144 f. Dissertação (Pós-graduação) - Curso de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Nota Técnica nº 209/2012-SER** de 3 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/cedoc/nreh20121319.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2012.

BARBOSA NETO, João Estevão; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p.131-153, 2009. out./dez. 2009.

BRASIL. Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. **Decreto Nº 24.643 de 10 de julho de 1934**. Decreta o Código das Águas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D24643compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643compilado.htm)>. Acesso em: 08 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Presidente. **Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9074cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9074cons.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Presidente. **Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9074cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9074cons.htm)>. Acesso em: 24 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Presidente. **Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9427cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9427cons.htm)>. Acesso em: 23 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Presidente. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Lei das Sociedades por Ações. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 02 de novembro de 2012.

BM&F BOVESPA. Empresas Listadas. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br>. Acesso em: 10 de julho de 2012.

CARDOSO, Adriana Bortolon Carvalho et al. Dinâmica dos ajustes contratuais em concessão de rodovias no estado de São Paulo. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, Oct. 2012.

CARVALHO, Raquel Gonçalves. **Análise dos Resultados dos Leilões de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil**. Brasília: UNB, 2011. (Dissertação - Mestrado de Regulação e Gestão de Negócios)

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Energia elétrica no Brasil: breve histórico: 1880-2001**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2001. 224 p.

CORRÊA, Maria Letícia. Contribuição para uma história da regulamentação do setor de energia elétrica no Brasil: o Código de Águas de 1934 e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. **Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 6, p.255-291, 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão**. Setembro de 2009. Disponível em <[www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)>. Acesso em: 03 de julho de 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Orientação OCPC 05. Contratos de Concessão**. Dezembro de 2010. Disponível em <[www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)>. Acesso em: 03 de julho de 2012.

CRUZ, C. F.; SILVA, A. F.; RODRIGUES, A.. Uma Discussão sobre os Efeitos Contábeis da Adoção da Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 57-85, out./dez., 2009.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. **A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2004; Curitiba, Anais... Curitiba, 2004, CD-ROM, CCG 277.

GARCIA HERNÁNDEZ, Claudia Lorena. **Modelo regulatório dos setor elétrico no Brasil e sua repercussão jurídica nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica**. São Paulo, 2010. 96 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia Elétrica.

GALVAO JUNIOR, Alceu de Castro; MONTEIRO, Mario Augusto Parente. Análise de contratos de concessão para a prestação de serviços de água e esgoto no Brasil. **Eng. Sanit. Ambient.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, Dec. 2006.

GOMES, A. C. S. et al. **BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais: O Setor Elétrico**. São Paulo. DBA Artes Gráficas, 2002. 521-548 p. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_setorial/setorial14.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial14.pdf)>. Acesso em: 21 de novembro de 2012.

GOY, Leonardo. **Governo publica MP que reduz tarifa de energia, renova concessões**. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/governo-publica-mp-que-reduz-tarifa-de-energia-renova-concessoes-1.html> Acesso em: 27 de novembro de 2012.

HIROTA, Heitor Hiroaki. **O mercado de concessão de transmissão de energia elétrica no Brasil**. 2006. 82 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. 1ª São Paulo: Atlas, 2010. 824 p.

INSTITUTO ACENDA BRASIL. **Renovação de Concessões e sustentabilidade**. Disponível em: [http://www.acendebrasil.com.br/site/materias/sala\\_de\\_imprensa.asp?id=23053](http://www.acendebrasil.com.br/site/materias/sala_de_imprensa.asp?id=23053). Acesso em: 27 de novembro de 2012.

LORENZO, Helena Carvalho de. **O setor elétrico brasileiro: reavaliando o passado e discutindo o futuro**. Araraquara: UNESP, 1997. (25 p.). Disponível em: <<http://raceadm3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/Docs/hcdlorenzo1.pdf>>. Acesso em: 21 de novembro de 2012.

MAIA, Henrique Araujo; FORMIGONI, Henrique; SILVA, Adilson Aderito Da. Empresas de auditoria e o compliance com o nível de evidenciação obrigatório durante o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 14, n. 44, p. 335-352, 2012.

MEDUAR, O. **Concessão de serviço público, Figura da Concessão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

MELO, Francisco Matheus Alves; PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. Análise das Práticas de Evidenciação de Informações Avançadas e Não-Obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**: FEARP/USP, São Paulo, v. 1, n. 1, p.30-42. Trimestral. set./dez. 2007.

MELO, Sheila De et al. Catorze Anos de Demonstrações Contábeis Incompletas: Um Estudo em Empresas de Energia Elétrica. In: 11º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11º, 2011, São Paulo.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. **IFRS - Introdução Às Normas Internacionais de Contabilidade**: Contém Mais de 100 Exemplos Práticos. 2ª São Paulo: Atlas, 2010. 192 p.

OLIVEIRA; GOMES, C. A. S.; COSTA, D. M. **Uma análise do conteúdo e da forma das instituições de natureza sócio-econômica e ambiental divulgadas através das demonstrações contábeis: o caso das empresas baianas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2004; Curitiba, Anais... Curitiba, 2004, CD-ROM, CCG 409.



PARIS, Patrícia Krauss Serrano et al. Efeitos Esperados da Adoção da IFRIC 12 e ICPC 01: Estudo Comparativo entre Brasil e Europa. **RIC: Revista de Informação Contábil**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p.85-104. Trimestral. Abr-Jun./2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Daiany de. **Informações sobre as concessões de transmissão de energia elétrica: uma análise das divulgações do ICPC 01**. 2011, 52 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, Ludmila de Melo; BARBOSA, Felipe Ramos. Legibilidade dos Formulários de Referência das Empresas Participantes dos Níveis de Governança Corporativa no Brasil. In: 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 8º, 2011, São Paulo.

ZONATTO, Vinícius Costas da Silva et al. Fatores Determinantes para a Adoção de Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil: Uma Investigação em Empresas Públicas e Privadas do Setor de Energia Elétrica. **RCO - Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 5, n. 12, p.26-47, 2011. Disponível em:

<<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/246/200>>. Acesso em: 15 nov. 2012.